

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO I

1.º Ano Turno da Noite

Ano letivo 2021/2022

27 de Janeiro de 2022

Exame de Coincidências

CrITÉRIOS de Correção

João (13 anos) e Francisco (18 anos) são irmãos. Em virtude do desempenho escolar excecional de João, os seus pais decidem fazer-lhe uma doação de uma pequena parcela de terreno.

Francisco, que é também estudante no 1.º ano da FDL, sente-se prejudicado com este negócio e invoca a sua anulabilidade porque, segundo entende, o seu irmão é menor e, não podendo celebrar negócios sozinho, terá de ser representado pelos pais. Logo, ao fazerem a doação os seus pais estão a realizar um negócio enquanto representantes de João e enquanto doadores, o que representa um negócio consigo mesmo nos termos da seguinte norma: «É anulável o negócio celebrado pelo representante consigo mesmo, seja em nome próprio, seja em representação de terceiro».

Um pouco assustados, e não querendo um conflito familiar, os pais de João e Francisco decidem consultar um advogado.

a) Imagine que era o advogado consultado pelos pais de João e Francisco. O que lhes diria? (5 valores).

- a. Identificação do problema interpretativo: saber se a proibição de negócios consigo mesmo prevista na referida norma se aplica no caso dos negócios celebrados entre os pais (enquanto representantes legais) e os filhos.*
- b. Identificar os elementos interpretativos relevantes, em particular o elemento literal e o elemento teleológico, e concluir por uma colisão entre ambos.*
- c. Concluir que, em termos de resultado interpretativo, não é possível efectuar uma interpretação restritiva com base no elemento teleológico, atenta a ausência de um mínimo de correspondência da letra do enunciado normativo.*
- d. Concluir que é possível proceder a uma redução teleológica e explicar circunstanciadamente o seu significado.*

- e. *Alternativamente, e em caso de não mobilização da redução teleológica, explicar fundamentadamente a utilização da analogia, explicando os seus pressupostos e o seu significado.*
- b) Suponha agora que existe uma prática reiterada dos tribunais portugueses no sentido de considerarem que a proibição de negócios consigo mesmo prevista na norma acima transcrita não abrange os celebrados entre pais (enquanto representantes legais) e os filhos. Em que medida essa circunstância influencia ou pode influenciar a resposta anterior? (3 valores).
- a. *Explicar que as decisões jurisprudenciais anteriores podem configurar precedentes persuasivos com relevância na resolução de casos concretos, em particular à luz dos princípios da segurança jurídica e da igualdade;*
- b. *Explicitar que a existência de decisões judiciais anteriores não implica a elevação da jurisprudência a fonte de direito, atenta a liberdade decisória dos tribunais e sua necessária vinculação à legalidade, no quadro do princípio da separação de poderes.*

II

Responda de forma direta e sucinta às seguintes questões:

- a) Distinga perspectiva interna e perspectiva externa sobre o Direito(3 valores).
- a. *Explicar que tais perspectivas se distinguem do ponto vista daqueles que as adoptam (historiador do direito ou sociólogo na perspectiva externa e juiz ou em geral aqueles que têm de resolver casos concretos);*
- b. *Defender que, na perspectiva externa, o Direito pode ser encarado como um puro facto ou, alternativamente, como um sistema de constituído por direitos, deveres ou outras posições jurídicas alicerçadas em normas jurídicas vigentes e válidas que pressupõe, também, que exista alguém que encare o Direito da perspectiva interna, em que o essencial é prescrever condutas em determinadas circunstâncias;*
- c. *Explicitar que na perspectiva interna, as afirmações sobre o direito, neste caso afirmações internas, podem ser inteiramente comprometidas (que implicam a adopção e aceitação das regras por parte de todos os destinatários e por diversas*

razões) ou afirmações em que aqueles que as proferem aceitam o conteúdo do direito e das normas que nele se compreendem porque fazem parte de uma determinada prática institucional, mas não presumem a aceitação pela generalidade dos destinatários das normas.

b) Distinga, fundamentadamente, interpretação extensiva e extensão teleológica (3 valores).

a. *Descrever a extensão teleológica como o procedimento através do qual se alarga o campo de aplicação de uma norma com fundamento na sua teleologia a casos não literalmente abrangidos pelo texto;*

b. *Defender que a interpretação extensiva ocorre quando o resultado da interpretação, revelado pelos elementos extraliterais da interpretação, é mais amplo do aquilo que aquilo que resultaria em termos estritos do elemento literal, embora o referido resultado tenha ainda na letra da lei um mínimo de correspondência verbal (ao contrário do que ocorre na extensão teleológica).*

III

Comente uma, e só uma, das seguintes afirmações(4 valores):

“A norma que o intérprete criaria a que alude o artigo 10.º, n.º 3, do Código Civil, significa uma remissão para o sentimento jurídico do intérprete, sem quaisquer limites à solução obtida.”

a. *Explicar os pressupostos de mobilização da norma do artigo 10.º, n.º 3: a existência de uma lacuna e a ausência de norma análoga.*

b. *Defender que, na norma do artigo 10.º, n.º 3, não está em causa uma mera remissão para o sentido jurídico do intérprete; ao invés, o intérprete deve partir do caso concreto e tentar solucioná-lo através de numa norma ad hoc com base ainda pontos de apoio normativos, nomeadamente princípios jurídicos (daí a referência ao espírito do sistema).*

“A contraposição entre direito público e direito privado, embora não possa operar em relação a cada situação considerada, permanece válida no plano sistemático.”

a. *Explicar os critérios usados para a distinção, neste caso o do sujeito, do interesse e da subordinação e referir as críticas aos mesmos;*

- b. *Explicar que, não obstante as dificuldades na distinção e a existência de zonas de intersecção, o direito público é dominado pelas ideias de autoridade e de competência, enquanto o direito privado se articula em torno das ideias de igualdade e liberdade.*

Grupo I: 8 valores

Grupo II: 6 valores

Grupo III: 4 valores

Redação e sistematização: 2
valores

Duração da prova: 1h30